



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

INGRID BISPO DE SOUSA

**O COLÉGIO ESTADUAL DE SANTA RITA-PB: da criação à implantação (1962-
1965)**

JOÃO PESSOA
2024

INGRID BISPO DE SOUSA

O COLÉGIO ESTADUAL DE SANTA RITA-PB: da criação à implantação (1962-1965)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vívica de Melo Silva

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725c Sousa, Ingrid Bispo de.

O colégio estadual de Santa Rita-PB: da criação à
implantação (1962- 1965) / Ingrid Bispo de Sousa. -
João Pessoa, 2024.

43 f. : il.

Orientação: Vivia de Melo Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Colégio estadual. 2. Educação - Paraíba. 3.
Ensino secundário. 4. Ensino - Santa Rita. I. Silva,
Vivia de Melo. II. Título.

UFPB/CE

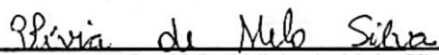
CDU 37(043.2)

INGRID BISPO DE SOUSA

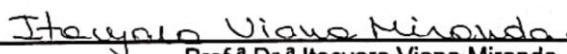
O COLÉGIO ESTADUAL DE SANTA RITA-PB: da criação à implantação (1962-1965)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

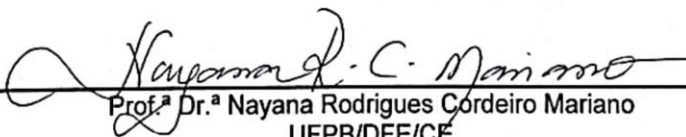
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Vivian de Melo Silva
UFPB/DFE/CE
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Itacyara Viana Miranda
UFPB/DFE/CE
(Membro da Banca Examinadora)



Prof.^a Dr.^a Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
UFPB/DFE/CE
(Membro da Banca Examinadora)

João Pessoa
2024

Aos meus pais, Maria José Bispo dos
Santos e Ilmacivan Maciel de Sousa Silva.
Dedico.

[...] os caminhos de que o pesquisador dispõe para ingressar na história de uma instituição escolar são inúmeros. Conseguindo acessar a referida história, por toda e qualquer porta que se abra (entenda-se a diversidade de fontes) é necessário montar o quebra-cabeça a ser decifrado (entenda-se, compreendido e analisado).

Sanfelice, 2008, p. 14

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, intitulado *O Colégio Estadual de Santa Rita-PB: da criação à implantação (1962-1965)*, objetiva investigar como se deu o processo de criação e implantação da referida instituição de ensino secundário público da cidade de Santa Rita-PB, no período de 1962 a 1965. O primeiro ano do recorte temporal, 1962, diz respeito a criação oficial da instituição, mediante o projeto de lei n.º 273/62, já o segundo ano, 1965, enfoca o processo de implantação do colégio no município. Acerca dos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi conduzida com base na abordagem qualitativa e análise documental. Dialogamos com os estudos de: Le Goff (1996), Romanelli (2002), Ginzburg (1989) e outros, os quais proporcionaram aporte teórico para este trabalho. A análise documental refere-se à averiguação e problematização de documentos que foram encontrados no arquivo histórico Waldemar Bispo Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC) e no arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), localizado na Casa Epiácio Pessoa. Ademais, com base nos estudos bibliográficos e documentos analisados, ressaltamos que o ensino secundário, voltava-se às camadas médias e altas da população brasileira e paraibana, segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 e a LDB n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Em conclusão, podemos constatar, por meio do projeto de Lei n.º 273/62 e do jornal A União que o Colégio Estadual de Santa Rita foi importante para a população local da cidade, ampliando o número de matrículas, tornando possível a entrada de jovens das camadas populares no segundo ciclo (colegial) do ensino secundário, em 1965, com a sua instalação.

Palavras-chave: colégio estadual; educação da Paraíba; ensino secundário; Santa Rita.

ABSTRACT

This end of course work, entitled *The State College of Saint Rita-PB: from creation to implementation (1962-1965)*, aims to investigate how the process of creating and implementing this public secondary school in the city of Saint Rita-PB took place between 1962 and 1965. The first year of the time frame, 1962, refers to the official creation of the institution, through law project N.º 273/62, while the second year, 1965, focuses on the process of setting up the school in the municipality. With regard to methodological procedures, the research was conducted using a qualitative approach and documentary analysis. We dialogued with the studies of: Le Goff (1996), Romanelli (2002), Ginzburg (1989) and others, which provided theoretical support for this work. The documentary analysis refers to the investigation and problematization of documents that were found in the Waldemar Bispo Duarte historical archive, located in the Cultural Space Foundation (FUNESC) and in the archive of the Legislative Assembly of Paraíba (ALPB), located in the Epitácio Pessoa House. Furthermore, based on the bibliographical studies and documents analyzed, we note that secondary education was aimed at the middle and upper classes of the Brazilian and Paraíba population, according to the Organic Law of Secondary Education N.º 4,244 of April 9, 1942 and LDB N.º 4,024 of December 20, 1961. In conclusion, we can see from Law project N.º 273/62 and the newspaper A União that the State College of Saint Rita was important for the local population of the city, increasing enrollment, making it possible for young people from the lower classes to enter the second cycle (collegiate) of secondary education in 1965, with its installation.

Keywords: state college; education in Paraíba; secondary education; Saint Rita.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Canavial em Santa Rita-PB.....	25
Foto 2 – Usina Santa Rita em Santa Rita-PB.....	25
Foto 3 – Fábrica de Tecidos Tibiri em Santa Rita-PB.....	26
Foto 4 – Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia em Santa Rita-PB.....	26

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Justificativa do projeto de lei n.º 273/62.....	30
Imagem 2 – Recursos investidos no Colégio Estadual de Santa Rita-PB.....	32
Imagem 3 – Repercussão no jornal A União da inauguração do Colégio Estadual de Santa Rita-PB.....	33

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Santa Rita-PB.....	23
Mapa 2 – Demarcação da cidade de Santa Rita-PB.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – 1.º Ciclo – Ginásial, com 4 séries.....	18
Quadro 2 – 2.º Ciclo – Curso Clássico, com 3 séries.....	19
Quadro 3 – 2.º Ciclo – Curso Científico, com 3 séries.....	19
Quadro 4 – Algumas partes do projeto de lei que cria o Colégio Estadual de Santa Rita.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ENSINO SECUNDÁRIO: aspectos característicos.....	17
2.1 O ensino secundário no Brasil: da Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244, de 1942 à LDB n.º 4.024, de 1961.....	17
2.2 Cenário político e social (1962-1965).....	21
3 SANTA RITA-PB: dos engenhos às indústrias.....	23
3.1 Localização da cidade de Santa Rita.....	23
3.2 Locais históricos que marcam os primeiros anos de 1960.....	24
4 O COLÉGIO ESTADUAL DE SANTA RITA-PB.....	28
4.1 O projeto de lei n.º 273/62.....	28
4.2 A inauguração do Colégio Estadual de Santa Rita.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXOS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a história de uma determinada instituição escolar nos possibilita, além de tudo, a imersão em diferentes esferas que constituem uma determinada localidade “[...] uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, freqüentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela” (Sanfelice, 2008, p. 15-16).

Assim sendo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *O Colégio Estadual de Santa Rita-PB: da criação à implantação (1962-1965)*, objetiva investigar como se deu o processo de criação e implantação do colégio de ensino secundário público da cidade de Santa Rita-PB, no período de 1962 a 1965.

A escolha do tema se deve a partir de algumas informações encontradas acerca do colégio de ensino secundário no município de Santa Rita-PB, nas fontes (projetos de lei e jornal A União) utilizadas pela discente autora deste trabalho no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), de 2019-2020 no projeto de pesquisa: “Ensino Secundário Público e Privado na Paraíba (1961-1971)”¹ e de 2020-2021 no projeto de pesquisa: “Ensino Secundário Público e Privado na Paraíba: expansão e interiorização (1961-1971)”² da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação da Professora Dr.^a Vívica de Melo Silva. Quanto ao recorte temporal estabelecido, evidenciamos que o primeiro ano, 1962, diz respeito a criação da instituição que podemos constatar mediante o projeto de lei n.º 273/62, já o segundo ano, 1965, enfoca o período de implantação do colégio no município.

Diante do exposto, temos como objetivo geral: investigar como se deu o processo de criação e implantação do colégio de ensino secundário público da cidade de Santa Rita-PB, no período de 1962 a 1965, e como objetivos específicos: caracterizar como se constituía as instituições de ensino secundário no Brasil; identificar o contexto histórico e educacional do município, tendo em vista o recorte

¹ Plano de trabalho desenvolvido: “Processo de Instauração e Expansão do Ensino Secundário Público na Paraíba (1961-1971)”. Objetivo geral: compreender o processo de instauração do ensino secundário público no Estado da Paraíba cujo recorte temporal é de 1961 a 1971, período da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vigente no país sob o nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

² Plano de trabalho desenvolvido: “Interiorização e Expansão dos Colégios e Ginásios Públicos na Paraíba (1961-1971)”. Objetivo geral: refletir sobre o processo de expansão do ensino secundário público na Paraíba, mediante a criação e interiorização dos ginásios e dos colégios públicos no período de 1961-1971.

temporal anunciado para pesquisa; e debater a proposta de implantação do Colégio Estadual de Santa Rita, bem como localizá-lo espacialmente.

Para direcionamento da pesquisa, elencamos as seguintes problemáticas: quando foi criado e implantado o Colégio Estadual de Santa Rita-PB? O que motivou à implantação? Quais eram os objetivos da instituição para os estudantes? Como repercutiu no jornal A União tal acontecimento?

Logo, sobre os materiais que foram utilizados, nos baseamos na importante discussão pertinentes ao historiador “documentos/monumentos”, que de acordo com Le Goff (1996, p. 535), o documento é “escolha do historiador”, tal qual “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”. Os documentos são “[...] antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que produziram [...]” (Ibidem, p. 545), ou seja, os documentos analisados pelo pesquisador(a) devem ser remetidos como informações parciais, pois os mesmos podem ter favorecido, historicamente, determinados grupos sociais, políticos entre outros.

No que se refere aos aspectos característicos do ensino secundário no Brasil, contextualizamos, segundo Romanelli (2002), como se deu algumas mudanças ao longo tempo deste tipo ensino, principalmente para as camadas populares que pertenciam ao período.

[...] Quantitativamente falando, a expansão existiu, mas foi contida pela inelasticidade da oferta, pelo baixo rendimento do sistema escolar e por seu acentuado aspecto de discriminação social. Qualitativamente, essa expansão sofreu deficiências de caráter estrutural, porque tanto em relação a demanda quanto em relação à oferta ela se processou em direção oposta àquela exigida pelo desenvolvimento brasileiro. (Romanelli, 2002, p. 127)

Nesta pesquisa, partimos de indícios históricos, e por isso apoiamo-nos na perspectiva do “paradigma indiciário” de Ginzburg (1989, p. 152),

[...] O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”. [...] a partir da decifração das pistas.

Os meios pelos quais se conduz uma pesquisa são determinantes para alcançar os objetivos e responder as problemáticas traçadas durante o processo. À

vista disso, ressaltamos, que esta pesquisa foi conduzida mediante abordagem qualitativa e análise documental. A abordagem qualitativa através de estudos bibliográficos proporcionou melhor aporte teórico, contribuindo de maneira expressiva para o assunto abordado na pesquisa. A análise documental refere-se à averiguação e problematização de documentos que foram encontrados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC) e no Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), localizado na Casa Eptácio Pessoa.

O levantamento das fontes no arquivo da ALPB, foi realizado de agosto a outubro de 2019, no qual tivemos acesso a projetos de Lei referentes a criação, implantação e funcionamento de instituições de ensino secundário na Paraíba. Quanto à organização, os documentos estavam em estantes (dentro de caixas) que possuíam as seguintes informações para melhor identificação: ano; mês; n.º caixa; e total de documentos. Os mesmos encontravam-se bem conservados. No arquivo da FUNESC, o jornal A União é organizado em compêndios divididos por ano. Cada jornal possuía de três a cinco volumes, com uma quantidade de meses do ano. Concluímos o levantamento das fontes no arquivo no fim de janeiro de 2020. Muitas das fontes utilizadas nesta pesquisa foram dos períodos citados e de períodos anteriores, complementadas em 2024 apenas no arquivo da FUNESC. O registro do material nos arquivos era realizado por meio de fotos utilizando o celular, tal como algumas informações dos documentos também eram anotadas. Como meio de assegurar as fontes catalogadas, as fotos retiradas foram transferidas para um software (Google Drive) que armazena e sincroniza arquivos de forma online e offline no computador. A partir das fotos retiradas e armazenadas foi feita a análise documental, buscando relacionar as informações das fontes encontradas. Sempre considerando os objetivos e as problemáticas da pesquisa.

Portanto, a discussão deste TCC estrutura-se através dos seguintes pontos: inicialmente, discorreremos sobre os aspectos característicos que compreendem o ensino secundário no Brasil: da Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, bem como contextualizaremos o cenário político e social do Brasil entre 1962-1965. Em seguida, explanaremos sobre a localização da cidade de Santa Rita, assim como os locais históricos que marcam os primeiros anos de 1960.

Por fim, debateremos o processo de criação e implantação do Colégio Estadual de Santa Rita.

2 ENSINO SECUNDÁRIO: aspectos característicos

Neste capítulo, buscaremos de um modo geral, sintetizar aspectos característicos acerca do ensino secundário no Brasil, bem como, posteriormente, contextualizar os âmbitos políticos e sociais que delimitam o recorte temporal da pesquisa 1962-1965.

Sendo assim, sistematizamos este tópico de discussão, por meio dos seguintes subtópicos: a educação secundária no Brasil: da Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 à LDB n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961; e Cenário político e social (1962-1965).

2.1 O ensino secundário no Brasil: da Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244, de 1942 à LDB n.º 4.024, de 1961

Historicamente, o ensino secundário no Brasil possuía como características marcantes a rigidez e seletividade, pois este nível de ensino se detinha prioritariamente a parte das camadas médias e altas da sociedade. Existia uma dualidade, havendo assim desigualdade na oferta deste ensino. As camadas populares eram impedidas de ter uma educação que possibilitasse de certa forma ascensão social.

[...] para melhor compreensão de todo dualismo educacional, é a posição das camadas sociais em face da oferta de educação. [...] as camadas médias e superiores procuravam sobretudo o ensino secundário [...] como meio de acrescentar prestígio a um *status* adquirido ou, ainda, como meio de adquirir *status*. (Romanelli, 2002, p. 167-168)

Por isso, enfatizamos, com base nos estudos de Romanelli (2002) e na Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244, de 1942, que o principal objetivo do ensino secundário era de preparar a elite para cursos superiores³, considerados de prestígio social pela população brasileira da época, com a finalidade de formar homens com instrução educacional elevada, pretendendo a ocupação de cargos e posições de destaque na sociedade.

Os cursos profissionais [...] não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior. Só o ensino secundário possibilitava esse acesso. Aqui esteja uma das fortes razões que orientaram a demanda social de educação em direção ao ensino acadêmico, desprezando o ensino profissional. (Romanelli, 2002, p. 139)

³ Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia e Arquitetura.

Diferentemente do ensino secundário, os cursos profissionalizantes, a citar: industrial, comercial, agrícola e normal, oportunizavam à população em geral continuar os estudos após o ensino primário, porém com foco no mercado de trabalho.

Mesmo com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário sob o n.º 4.244, em 9 de abril de 1942, evidenciamos que não houve alterações significativas de maneira abrangente para este ensino, permanecendo com as mesmas finalidades até então formuladas, para as camadas médias e altas da população brasileira. Finalidades essas, listadas em seu primeiro artigo:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (Brasil, 1942, artigo 1º)

Uma notável alteração na Lei n.º 4.244, refere-se à estruturação⁴ do ensino secundário em seu artigo 2º, que reestruturou o currículo apenas nos ciclos: ginásial e colegial. O primeiro ciclo (ginásial) composto por 4 séries, e o segundo ciclo (colegial) dividido entre clássico e científico, com 3 séries cada um. Estrutura exposta, posteriormente, nos quadros 1, 2 e 3:

Quadro 1 – 1.º Ciclo – Ginásial, com 4 séries:

Disciplinas	Séries
Português	I, II, III, IV
Latim	I, II, III, IV
Francês	I, II, III, IV
Inglês	II, III, IV
Matemática	I, II, III, IV
Ciências Naturais	III, IV
História Geral	I, II
História do Brasil	III, IV
Geografia Geral	I, II
Geografia do Brasil	III, IV
Trabalhos manuais	I, II

⁴ Encontrada no Título II: “Da estrutura do ensino secundário”, nos Capítulos I e II, da Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942.

Desenho	I, II, III, IV
Canto Orfeônico	I, II, III, IV

Fonte: elaborado pela autora, com base na Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942.

Quadro 2 – 2.º Ciclo – Curso Clássico, com 3 séries:

Disciplinas	Séries
Português	I, II, III
Latim	I, II, III
Grego (optativo)	I, II, III
Francês	optativo
Inglês	optativo
Espanhol	I, II
Matemática	I, II, III
História Geral	I, II
História do Brasil	III
Geografia Geral	I, II
Geografia do Brasil	III
Física	II, III
Química	II, III
Biologia	III
Filosofia	III

Fonte: elaborado pela autora, com base na Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942.

Quadro 3 – 2.º Ciclo – Curso Científico, com 3 séries:

Disciplinas	Séries
Português	I, II, III
Francês	I, II
Inglês	I, II
Espanhol	I
Matemática	I, II, III
Física	I, II, III
Química	I, II, III
Biologia	II, III

História Geral	I, II
História do Brasil	III
Geografia Geral	I, II
Geografia do Brasil	III
Desenho	II, III
Filosofia	III

Fonte: quadro elaborado pela autora, com base na Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942.

Demonstramos, mediante os quadros elaborados, o quanto era excessiva a quantidade de disciplinas ofertadas no ensino secundário em seus ciclos, sobressaindo disciplinas humanísticas em todas as séries, até mesmo no curso científico do segundo ciclo. Assim, as instituições escolares de ensino secundário eram separadas de acordo com os ciclos a que pertenciam, ou seja, os ginásios destinados a ministrar cursos de primeiro ciclo e os colégios destinados a ministrar o próprio curso do ginásio, e os dois cursos de segundo ciclo.

Tratando brevemente sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que obteve 13 anos de discussões somente de seu projeto de Lei, a primeira LDB, n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, pretendia em uma de suas propostas a descentralização do sistema educacional do Governo Federal. Longos debates políticos giraram em torno da aplicabilidade da lei, viabilizando a organização do sistema educacional em todo território brasileiro.

Na questão da centralização e descentralização, que dominou essa fase das discussões do projeto, refletia-se ainda o período de transição em que viviam os meios políticos nacionais. Após 15 anos de regime centralizador, parecia impossível a uma boa parte dos políticos pensar em um sistema educacional capaz de viver sem o controle rígido do Governo Federal. [...] (Romanelli, 2002, p. 173)

Apesar de requerida e bastante debatida, a Lei n.º 4.024 não possibilitou uma atenuante alteração para o ensino secundário em 1961. Como podemos observar, mediante o seguinte artigo e parágrafo da própria Lei:

Art. 44 O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.
§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo. (Brasil, 1961)

Consequentemente, as estimativas de uma ampla reformulação da Lei Orgânica do Ensino Secundário n.º 4.244 não ocorreram, pois, a estruturação do ensino secundário permaneceu basicamente a mesma. O que a LDB de 1961 trouxe

para o sistema educacional foi uma flexibilização dos currículos no geral, bem como uma certa descentralização.

2.2 Cenário político e social (1962-1965)

A política de um país interfere diretamente na distribuição de melhores condições para a população em diversos setores. Posto isto, tendo como base o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, discorreremos sobre alguns acontecimentos diretamente ligados ao âmbito social por condutas políticas populistas e conservadoras praticadas na época.

João Belchior Marques Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conhecido popularmente como Jango era quem ocupava o cargo de presidente da República Federativa do Brasil de 1961-1964. Sua deposição aconteceu no dia 31 de março de 1964, ocasionada devido à instauração do Golpe Civil-Militar no Brasil. No mesmo período, Pedro Moreno Gondim do Partido Social Democrático (PSD) governava o Estado da Paraíba 1961-1966. Concepções populistas, faziam parte do governo de ambos.

O Golpe Civil-Militar instaurado no Brasil no ano de 1964, interrompeu o desenvolvimento político e social do país. Marechal Castelo Branco (1964-1967); General Artur da Costa e Silva (1967-1969); General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foram alguns dos presidentes que instituíram decretos com vistas à violência, repressão e censura, a exemplo dos Atos Institucionais: AI-5⁵ e AI-15⁶. Houve também uma divisão política, agregando somente os partidos governamentais: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) o partido conservador e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o partido de oposição.

O desenvolvimento econômico do Brasil era o principal foco dos militares, sobretudo, pelo fato de terem sido instaladas instituições de ensino médio (ginásios industriais e agrícolas) voltados para o mercado de trabalho no período. Disciplinas moral e cívica também foram normatizadas e obrigatórias nas escolas públicas.

Logo, essa conjuntura política e social repercutiu na educação como um modelo que tencionava despertar e fortalecer o sentimento patriótico/trabalhista dos brasileiros. Com isso, as entidades educativas passaram a constituir-se como

⁵ Perseguição política de opositores, autorizando medidas de exceção.

⁶ Aumento a repressão e o autoritarismo do período, juridicamente legal.

aparelhos disciplinares, sucedendo valorizar não apenas adequação dos jovens perante a propagação moral e cívica, mas, principalmente, ao seu modo de se comportar em relação à dimensão política e ideológica.

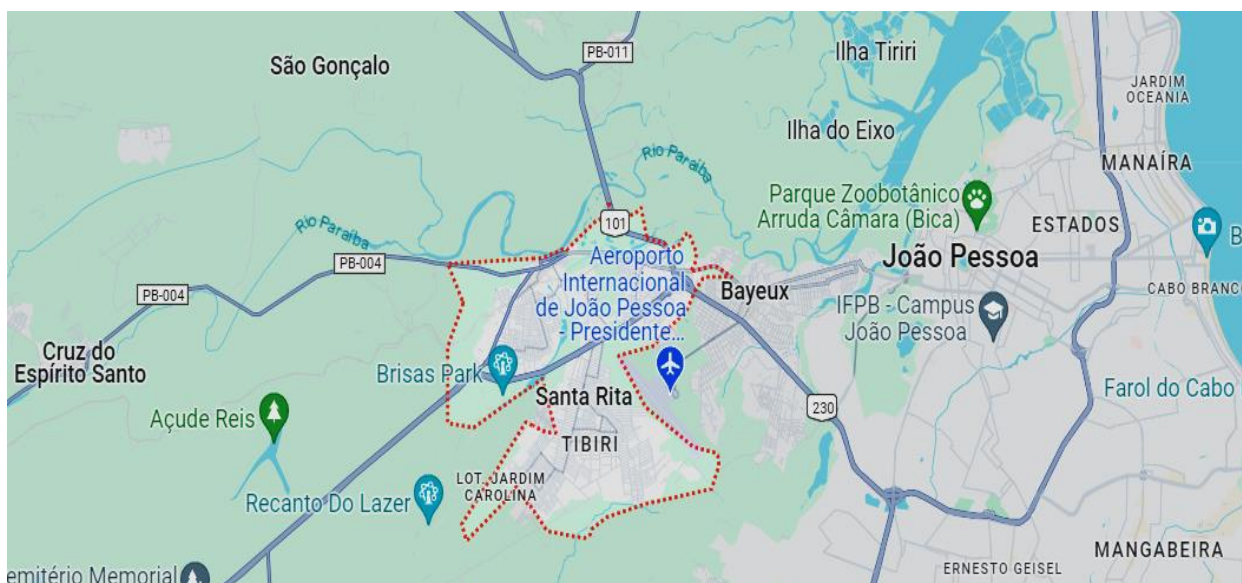
3 SANTA RITA-PB: dos engenhos às indústrias

São bem reduzidas as informações e pesquisas bibliográficas sobre a cidade Santa Rita. Por essa razão, traremos, de modo breve, a localização desse importante município, bem como algumas fotografias dos locais que marcam os primeiros anos de 1960.

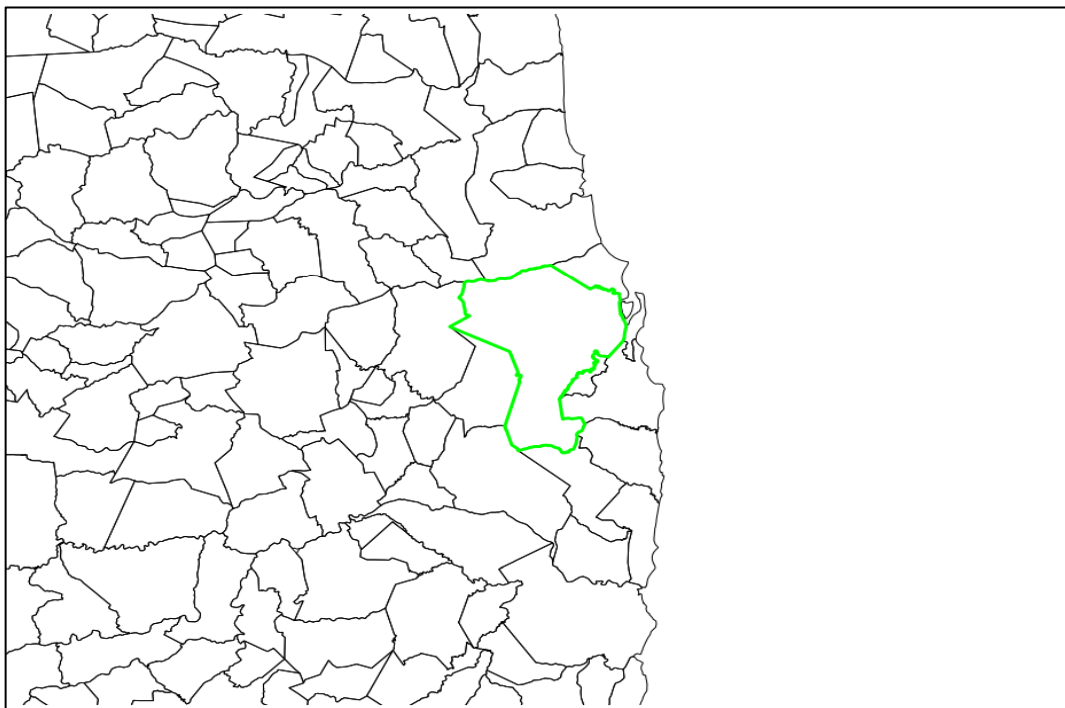
3.1 Localização da cidade de Santa Rita

A cidade de Santa Rita localiza-se na mesorregião da Mata no estado da Paraíba, mais precisamente na região metropolitana de João Pessoa, capital. O distanciamento de Santa Rita para João Pessoa equivale a 13 km. Pelo seu desenvolvimento local e estimativa de população, Santa Rita é a terceira maior cidade populacional da Paraíba, sucedendo apenas João Pessoa e Campina Grande. Atualmente, de acordo com o último censo populacional (2022) a população de Santa Rita compreende 149.910 pessoas.

Mapa 1 – Localização de Santa Rita-PB



Fonte: Google Maps, 2024

Mapa 2 – Demarcação local de Santa Rita-PB

Fonte: IBGE, 2024

Sendo uma cidade de vasta extensão territorial 726,57 Km², Santa Rita contém os seguintes bairros e distritos, segundo o Diário Oficial eletrônico do município (2021): Centro; Vidal de Negreiros; Distrito Flávio Ribeiro Coutinho; Popular; Açude; Jardins; Distrito de Várzea Nova; Santo Amaro; Distrito Metropolitano; Vale das Águas; Jardim Carolina; Portal de Tibiri; Tibiri; Jardim Europa; Naelson Panta Júnior; Marcos Moura; Vale de Santa Rita; Heitel Santiago; e Privê Aeroporto. A vegetação da cidade é do tipo pioneira composta por: campos e mata de restingas, manguezais e mata úmida.

3.2 Locais históricos que marcam os primeiros anos de 1960

Neste subtópico, exibiremos fotografias que correspondem há períodos próximos que focalizam a temporalidade da pesquisa, expostas no site do IBGE, com a finalidade de explorar/visualizar alguns dos pontos históricos que marcam a economia da cidade de Santa Rita.

Foto 1 – Canavial em Santa Rita-PB



Fonte: IBGE, [19--]⁷.

A plantação de cana-de-açúcar em Santa Rita, toma uma pequena parte do município, pois por muito tempo foi uma das principais atividades trabalhistas.

Foto 2 – Usina Santa Rita em Santa Rita-PB



Fonte: IBGE, [19--].

A Usina Santa Rita foi fundada no ano de 1966 e possuía como atividade principal o comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel. “[...] Ressalta-se que grandes sócios das Usinas estão presentes no cenário da política municipal e Estadual [...]. Como exemplo tem-se família Ribeiro Coutinho. O Industrial João

⁷ Fotos que não constam o ano com exatidão.

Crisóstomo Ribeiro Coutinho foi, também, prefeito de Santa Rita. [...]” (Alves; Santana 2003, p. 3)

Foto 3 – Fábrica de Tecidos Tibiri em Santa Rita-PB



Fonte: IBGE, 1957.

“[...] O crescimento da população urbana e a emergência das usinas, como também, os novos segmentos ligados ao comércio [...]” (Alves; Santana, 2003, p. 1), desencadeou na criação da fábrica de tecidos Tibiri, que foi uma importante indústria em Santa Rita, possibilitando vagas de empregos para a população local e das cidades circunvizinhas, gerando o crescimento econômico do município por muito tempo.

Foto 4 – Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia em Santa Rita-PB



Fonte: IBGE, [19--].

A Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia está localizada na Praça Getúlio Vargas, no centro de Santa Rita. Foi construída no ano de 1776, no século XVIII, como uma Capela feita com materiais de cal e pedra. No entanto, em 1839, pela Lei Provincial nº 2 de Santa Rita, foi elevada à categoria de Matriz.

4 O COLÉGIO ESTADUAL DE SANTA RITA-PB

O contexto educacional de uma cidade incide aspectos importantes, já que a educação inquietou por muito tempo ao longo da história pela ideia de ascensão e emancipação da classe popular. Por isso, vale ressaltar, que poucas são as informações encontradas sobre as instituições de ensino em Santa Rita-PB. Evidenciamos, somente, as seguintes instituições no período: Grupo Escolar João Úrsulo, Ginásio Estadual de Santa Rita e Colégio Estadual de Santa Rita.

À vista disso, enfatizamos a relevância desta pesquisa para o município de Santa Rita, apresentando, a seguir, as informações obtidas mediante as fontes (projeto de lei e jornal A União) acerca do Colégio Estadual de Santa Rita, assim como alguns complementos adicionais atuais do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) Enéas Carvalho, antigo Colégio Estadual de Santa Rita, conforme o projeto de lei n.º 273/62.

4.1 O projeto de lei n.º 273/62

As leis que regem um país ou uma determinada localidade, organizam formalmente direitos ofertados à população, substancialmente quando se trata do sistema educacional de ensino. O primeiro passo para construção de uma lei é o seu projeto, possibilitando a criação oficial de um decreto lei. Logo, o projeto de lei designa-se como sendo:

[...] de iniciativa de deputados (individual ou coletivamente), de senadores, de comissão, da Mesa Diretora, do Senado Federal, do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores, do procurador-geral da República ou dos cidadãos [...] (Site da Câmara dos Deputados)

Assim sendo, um projeto de lei abrange a seguinte estrutura: parte preliminar – (epígrafe, autoria, ementa, preâmbulo e enunciado do objeto); parte normativa (parágrafos, incisos, alíneas e itens) e parte final (prazo de vigência, cláusula revogatória e justificativa).

O projeto de lei que cria o Colégio Estadual de Santa Rita é regido sob o n.º 273/62, de 29 de agosto de 1962, inicialmente. O mesmo foi encontrado na caixa de n.º 55/A no arquivo da ALPB. O projeto de lei possui estrutura semelhante a mencionada acima, contendo sete páginas ao todo. No quadro abaixo, traremos as principais partes que integram o projeto de lei para uma melhor visualização.

Quadro 4 – Algumas partes do projeto de lei que cria o Colégio Estadual de Santa Rita

Projeto de Lei n.º 273/1962 – Cria o Colégio Estadual de Santa Rita, cria cargos e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado o Colégio Estadual de Santa Rita, com sede na cidade do mesmo nome.

Parágrafo único – O atual Ginásio Estadual de Santa Rita passa a integrar o primeiro ciclo do Colégio, respeitados os direitos adquiridos de professores, funcionários e pessoal administrativo.

Art. 2º - Ficam criados oito (8) cargos de catedráticos, Padrão S, correspondentes às Cadeiras do curriculum a ser adotado pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º - Ficam, ainda, criados os cargos de Diretor e Vice-diretor, Padrão T e S, respectivamente, cujas atribuições estarão definidas no Regimento.

Art. 5º - O Diretor do Colégio Estadual de Santa Rita especificará novas atribuições aos funcionários atuais do Ginásio, distribuindo-as por ambos os ciclos secundários.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base no Projeto de Lei n.º 273/1962.

O projeto de lei, primeira fonte analisada durante a pesquisa, nos indicava que o Colégio Estadual de Santa Rita passou a funcionar nas dependências do Ginásio Estadual de Santa Rita, estabelecimento de ensino secundário que ofertava o curso ginásial. Mas, na medida que fomos avançando, constatamos que nem mesmo o Ginásio da referida cidade funcionava em seu prédio próprio, o Grupo Escolar João Úrsulo que abrigava o funcionamento de ambas instituições de ensino secundário de Santa Rita. Como podemos evidenciar na notícia sobre as inscrições para exames de admissão do Ginásio Estadual de Santa Rita no jornal A União:

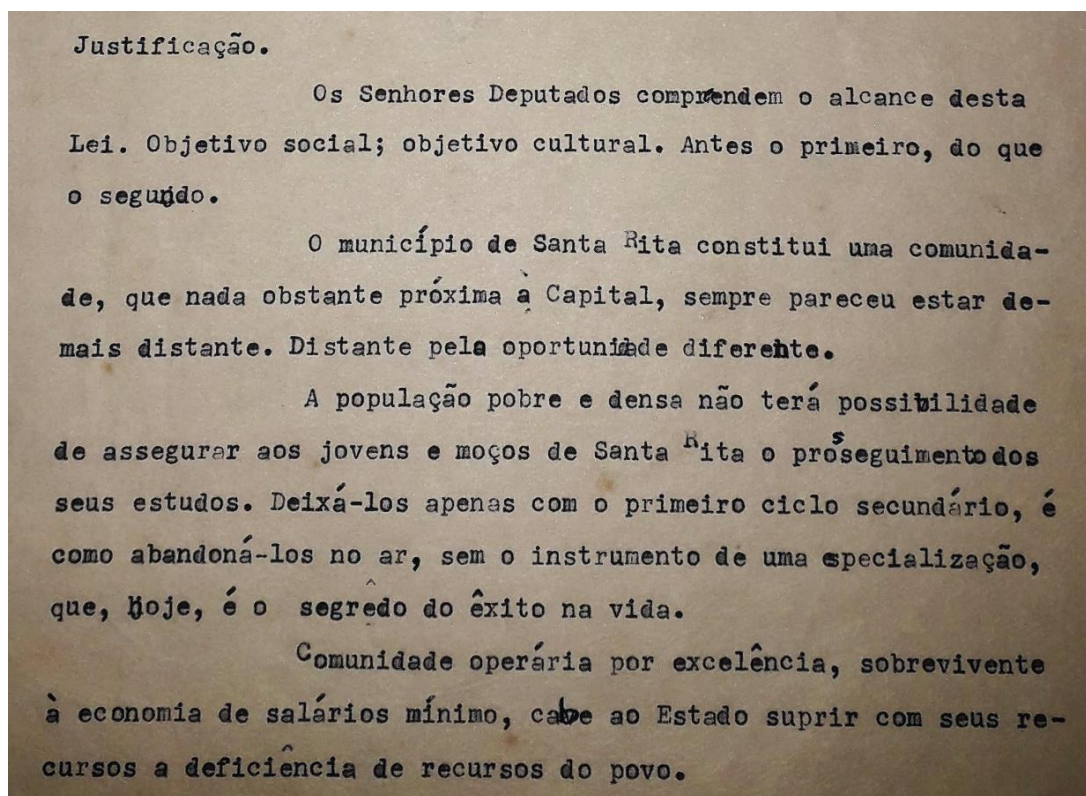
[...] As provas para o Exame de Admissão terão início no dia 1o de dezembro vindouro, com a prova escrita de Português, que será eliminatória. Só poderão inscrever-se os candidatos que tiverem idade de 11 anos completos, ou a competir até o mês de julho do próximo ano.
O expediente para as matrículas será de 19 às 21 horas, diariamente⁸, e os interessados deverão procurar a Secretaria do Ginásio Estadual, que funciona provisoriamente no prédio do Grupo Escolar “João Úrsulo”, de Santa Rita. (A União, 11-11-1962, p. 3, grifo nosso)

⁸ Esta palavra, assim como outras no decorrer do TCC, mantive a escrita original das fontes (projeto de lei e jornal A União).

É importante salientar, que não localizamos o decreto lei, estabelecendo, de fato, a criação e divisão de recursos para implantação do Colégio Estadual de Santa Rita. O que localizamos anexado ao projeto de lei foi um substitutivo ao projeto de lei n.º 273/62 que agrega, além da criação do Colégio Estadual de Santa Rita, o Colégio Estadual de Patos, aprovado em 2ª discussão, no âmbito da ALPB, em 06 de novembro de 1962. Na última página do documento, aparece o n.º da Lei 2.940 de 29 de novembro de 1962, publicado em 30 de novembro de 1962. Em concordância com o que está descrito nos Anexos A e B.

Diante do que foi exposto, ressaltamos a importância do projeto de lei que criou o Colégio Estadual de Santa Rita, bem como suas disposições que sucederam à implantação, construção e funcionamento de uma significativa instituição de ensino que possibilitou aos jovens das camadas populares de Santa Rita-PB, da época, continuarem seus estudos na cidade que residiam. Como pode ser visto na justificativa do projeto de lei:

Imagem 1 – Justificativa do Projeto de Lei n.º 273/62



Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

As possibilidades estabelecidas na justificativa que cria o Colégio Estadual de Santa Rita, focaliza a partir de seus objetivos social e cultural fundamentos que constituem expectativas de êxito de vida aos jovens e moços pertencentes à cidade

de Santa Rita-PB, assegurando entre outras coisas o prosseguimento e a especialização por meio dos estudos.

A justificativa de criação do projeto de lei n.º 273/62, de 29 de agosto de 1962, evidenciada mediante imagem no subtópico acima, nos aponta a importância da criação do Colégio Estadual de Santa Rita para os jovens deste município da Paraíba, os quais tiveram a oportunidade de continuar seus estudos sem precisar se deslocarem para João Pessoa, considerando que era reduzido o número de instituições públicas deste nível de ensino no estado.

Apesar da criação do Colégio Estadual de Santa Rita, no ano de 1962, destacamos, que no início da década de 1960, havia poucas instituições de ensino secundário público na Paraíba. Porém, na medida que se criava novos ginásios e colégios públicos, como foi o caso da instituição de Santa Rita, o quantitativo de oferta de matrículas subiu até os anos de 1970, agregando o período que recorta a pesquisa deste TCC:

O ensino médio da Paraíba, ainda dividido em primeiro ciclo (ginasial - quatro anos) e segundo ciclo (colegial - três anos), contava com pouco mais de 16.000 vagas em 1961. Entretanto, em 1970 já recebia quase 60.000 estudantes, ou seja, suas matrículas aumentaram em quase o mesmo número 275%. [...] (Scocuglia, 2009, p. 96)

Dada algumas informações sobre o processo de criação do Colégio Estadual de Santa Rita, no ano de 1962, e constatando, previamente, sua real prospecção para a população do município de mesmo nome, aparece, em 1963, no jornal A União, a seguinte notícia sobre o terreno para a construção do colégio:

Terão Prédio Próprio

O governador Pedro Gondim autorizou o Secretário da Educação a adquirir terrenos para a construção do Colégio Estadual de Cruz das Armas e do Colégio Estadual de Santa Rita. Esses Colégios vêm funcionando precariamente sem sede própria, problema que será solucionado com a medida determinada pelo chefe do Executivo. (A União, 13-09-1963, p. 3, grifo nosso)

As primeiras informações presentes no jornal A União acerca do Colégio Estadual de Santa Rita incidem que o estabelecimento de ensino secundário funcionava no prédio do Grupo Escolar João Úrsulo, posteriormente sendo comprado o terreno para construção de seu prédio próprio. No dia 19 de janeiro de 1965, no jornal A União, foi destacada a importância de suas instalações:

O Colégio Estadual de Santa Rita, fundado na gestão do governador Pedro Gondim, em 1963, a instalação provisoriamente, no Grupo Escolar da vizinha cidade, passará, no corrente ano, a funcionar em seu próprio prédio.

Construído em tempo récord, num terreno doado pelo sr. Leocádio Ribeiro Coutinho, o edifício daquele estabelecimento estadual de ensino, que obedece ao mais moderno estilo, foi iniciado em outubro do ano próximo passado, encontrando-se já na fase de acabamento, representando assim, mais uma arrojada iniciativa do Govêrno.

Contando com muitas embals salas de aulas, o novo colégio estadual de Santa Rita, certamente aumentará o número de previsto de matrículas para o presente ano, proporcionando assim, à jovem estudentada daquela cidade, meios de estudar em sua própria terra, sem preciasr de recorrer à capital. (A União, 19-01-19965, p. 3)

Assim, por meio da notícia acima, entendemos o quanto foi significativa a instalação de um prédio próprio para o Colégio Estadual de Santa Rita, tendo em vista que propiciou urbanização e desenvolvimento educacional, social e cultural para a cidade.

4.2 A inauguração do Colégio Estadual de Santa Rita

O Colégio Estadual de Santa Rita começou a ser construído, em 1963, no terreno doado por Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho⁹, como podemos ver mediante a citação no subtópico anterior. Após dois anos da notícia, em 13 de setembro de 1963, na página 3, da construção do prédio próprio do colégio, o jornal A União, do dia 01 de outubro de 1965, p. 5, expõe, que a instituição de ensino secundário já havia sido construída e/ou também foi ampliada no decorrente ano.

Imagem 2 – Recursos investidos no Colégio Estadual de Santa Rita

Plano de Aplicação dos recursos atribuídos ao Estado da Paraíba no exercício de 1965.	
II — ENSINO MÉDIO	
1 — Construção, ampliação, recuperação e equipamento escolar	Cr\$ 712.250.000
1.1 — Construção de prédios destinados aos estabelecimentos de Ensino Médio mantidos pelo Estado. (Anexo n. 1)	580.800.000
1.2 — Complementação de recursos para construção de 2 colégios estaduais	51.160.000
1.3 — Ampliação do Colégio Estadual de Santa Rita	6.000.000

Fonte: Acervo do arquivo da história da FUNESC.

⁹ Foi acionista do Banco Comércio e Indústria da Paraíba e proprietário da Usina Santa Rita, localizada na cidade de Santa Rita-PB.

A inauguração do Colégio Estadual de Santa Rita aconteceu no mesmo dia da matéria divulgada anteriormente (01 de outubro de 1965), sendo um dos destaques da última página (8) do dia, no jornal *A União*, sob o título *Governador Fará Hoje Inaugurações em Santa Rita*:

O Governador Pedro Gondim estará hoje às 20 horas, em Santa Rita, presidindo a solenidade inaugural do Centro Educacional “Flávio Ribeiro”, que compreende o Colégio Estadual e a Escola Primária Integrada. À inauguração desses dois importantes estabelecimentos de ensino estarão presentes altas autoridades estaduais e pessoas de projeção em nossos meios sociais e administrativos, destacando-se o titular da Pasta da Educação, deputado Nominando Diniz, diretores, professores e técnicos da SEC. [...] (*A União*, 01-10-1965, p. 8)

Importantes personalidades do cenário paraibano eram atraídas para essas inaugurações que tomavam grande proporção, tornando-se eventos recheados de brilhantismo notáveis pela imprensa, a exemplo dos jornais que circulavam no período.

Imagem 3 – Repercussão no jornal *A União* da inauguração do Colégio Estadual de Santa Rita



Fonte: Acervo do arquivo da história da FUNESC.

Observamos que o Colégio Estadual de Santa Rita fez parte da expansão, na época, dos estabelecimentos de ensino secundários públicos que foram criados, instalados e construídos na Paraíba. Tornando-se o primeiro colégio público instalado na cidade, permanecendo com o mesmo prestígio de referência à escolaridade estadual pública até os dias atuais.

Em visita à cidade de Santa Rita-PB, com a finalidade de obter mais informações acerca do colégio em estudo, verificamos que esta instituição de ensino permanece em funcionamento como uma escola estadual, que recebe o nome de ECIT Enéas Carvalho¹⁰. A referida instituição tem seu local conservado estruturalmente, bem como na memória da população de Santa Rita-PB:

[...] Iniciou suas atividades no ano de 1961, com o Curso Ginásial (1ª a 4ª séries), funcionando em dependências do Grupo Escolar João Úrsulo, situado à praça João Pessoa.

Permaneceu no referido espaço físico até o ano de 1964, quando foi concluída a construção do prédio próprio, em terreno doado pela Usina Santa Rita, pelo Sr. Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho, in memorian. No ano de 1965, instalou-se definitivamente a Av. Flávio Ribeiro Coutinho, n.º 440, Centro, ocasião em que o Ginásio Estadual de Santa Rita passa a denominar-se Colégio Estadual de Santa Rita, conhecido popularmente como “O Estadual”. (ECIT Enéas Carvalho, 2024, p. 6)

Em suas instalações, oferta para a população de Santa Rita o ensino integral no período diurno (Ensino Fundamental – 9º ano e Ensino Médio Técnico Integral). E no período noturno, o Ensino Médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) regular.

Portanto, diante de todas as informações apresentadas ao longo deste TCC, enfatizamos que a instalação do Colégio Estadual de Santa Rita, contribuiu de maneira significativa para continuidade dos estudos da população jovem de Santa Rita-PB, em 1965, expandindo o quantitativo de matrículas, o que veio a trazer possibilidades de avanços educacionais e, conseqüentemente, sociais à cidade e ao Estado da Paraíba.

¹⁰ Instalação que passou por uma série de transformações e reformas ao longo do tempo, não sendo a mesma instituição da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso objetivou investigar como se deu o processo de criação e implantação do Colégio Estadual de Santa Rita, que aconteceu entre 1962-1965. As fontes utilizadas nesta pesquisa foram o projeto Lei n.º 273/62 e o jornal A União, encontradas no arquivo da ALPB e no arquivo histórico da FUNESC que deram suporte aos respectivos resultados deste trabalho.

O projeto de Lei n.º 273/62, que cria o Colégio Estadual de Santa Rita aprovado em poucas discussões, comporta além dos artigos, a justificativa, que prevê como objetivos os fatores culturais e sociais para aqueles(as) que pretendiam ingressar no segundo ciclo (colegial) do ensino secundário. Ainda, pelo o que consta neste documento não existia nenhum colégio público na cidade de Santa Rita-PB, que possibilitasse a continuidade de escolarização dos jovens das camadas populares da localidade.

Além disso, mediante o jornal A União foi possível observar que houve realmente a construção (iniciada em 1963) e implantação (em 1965) do Colégio Estadual de Santa Rita, no terreno doado por Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho. Com isso, ressaltamos a importância da pesquisa no jornal A União que nos proporcionou indícios e constatações relevantes acerca do local onde que seria/foi construído o Colégio Estadual de Santa Rita.

O PPP da ECIT Enéas Carvalho também confirmou a identidade e a contribuição do colégio para a população do município de Santa Rita-PB, tendo em vista que atualmente a escola está em pleno funcionamento reconhecida como “O Estadual” de Santa Rita. Dessa forma, salientamos o quanto foi significativa a criação e instalação do colégio para a cidade, assim como a decorrente expansão do ensino secundário público na Paraíba na década de 1960.

Por fim, enfatizamos o quanto os projetos de pesquisa PIBIC (2019-2020); PIVIC (2020-2021) foram importantes para a construção deste TCC e formação acadêmica da autora pesquisadora envolvida, visto que foi uma oportunidade de vivenciar como se realiza e constrói uma pesquisa científica, assim como, elabora conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Naiara F. Bandeira.; Santana, Martha Falcão de C. e Moraes. **Uma História de Santa Rita**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa-PB, 2003.

BRASIL. Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 de mar. de 2024.

BRASIL. **Lei Municipal n.º 2.002/2021**. Dispõe sobre a consolidação das denominações e delimitações dos bairros, distritos e núcleos urbanos de Santa Rita/PB, e adota outras providências. Santa Rita, PB: Diário Oficial Eletrônico, 2021. Disponível em: <https://www.santarita.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Diario-Oficial-n.-1592-03-de-novembro-de-2021.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 de mar. de 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 273/62, de 29 de agosto de 1962**. Cria o Colégio Estadual de Santa Rita, cria cargos e dá outras providências. João Pessoa, PB: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 1962.

BRASIL. **Propostas Legislativas**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/projetos-de-lei-e-outras-proposicoes>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

ECIT ENÉAS CARVALHO. **Projeto Político Pedagógico**. Santa Rita-PB, 2024.

FAUSTO, Boris. A Experiência Democrática (1945-1964). In: _____. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 219-255.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____.; tradução de Frederico Carotti. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-154.

IBGE. **Santa Rita**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-rita/historico>>. Acesso em: 22 de mar. de 2024.

JORNAL A UNIÃO. **Colégio Estadual de Santa Rita Funcionará em Prédio Própria**. João Pessoa, 19 de janeiro de 1965, p. 3.

JORNAL A UNIÃO. **Ginásio De Santa Rita Abre Inscrições Para O Admissão**. João Pessoa, 11 de novembro de 1962, p. 3.

JORNAL A UNIÃO. **Governador Fará Hoje Inaugurações Em Santa Rita**. João Pessoa, 01 de outubro de 1965, p. 8.

JORNAL A UNIÃO. **Governador Inaugurou Anteonte Centro Educacional em Santa Rita.** João Pessoa, 03 de outubro de 1965, p. 1.

JORNAL A UNIÃO. **Plano de Aplicação dos recursos atribuídos ao Estado da Paraíba no exercício de 1965.** João Pessoa, 01 de outubro de 1965, p. 5.

JORNAL A UNIÃO. **Terão Prédio Próprio.** João Pessoa, 13 de setembro de 1963, p. 3.

LE GOFF, Jacques, 1924. Documento/Monumento. _____; tradução de Bernardo Leitão [et.al]. **História e memória.** 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535-545.

NEVES, Vitor de A.; SILVA, Vívica de M. **Processo de Implantação do Ensino Secundário Público na Paraíba (1945-1964):** atuações e representações dos atores políticos. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A Organização do Ensino e o Contexto Sócio-Político Após 1930. In: _____. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 127-191.

SANFELICE, José Luís. **História das instituições escolares:** desafios teóricos. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB.** Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SANTA RITA. **Antecedentes de Abrangência.** Disponível em: https://www.santarita.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/seis_antecedentes_e_abrangencia_na_metodologia.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação na Paraíba: histórias e memórias. In: _____. **Populismo, Ditadura e Educação Brasil/Paraíba, anos 1960.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 85-90; 96-99.

SILVA, Vívica de Melo. **Grupo Escolar Solon de Lucena:** um novo modelo de escolarização primária para Campina Grande-PB. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SOUSA, Ingrid B. de; SILVA, Vívica de M. **Interiorização e Expansão dos Colégios e Ginásios Públicos na Paraíba (1961-1971).** Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2021.

SOUSA, Ingrid B. de; SILVA, Vívica de M. **Processo de Instauração e Expansão do Ensino Secundário Público na Paraíba (1961-1971).** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2020.

SOUZA, Bruna Bianca Albuquerque de. **Ginásio Estadual de Sapé:** uma nova oportunidade educacional para os jovens de Sapé e região (1956-1968). 2017. 70 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Graduação de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

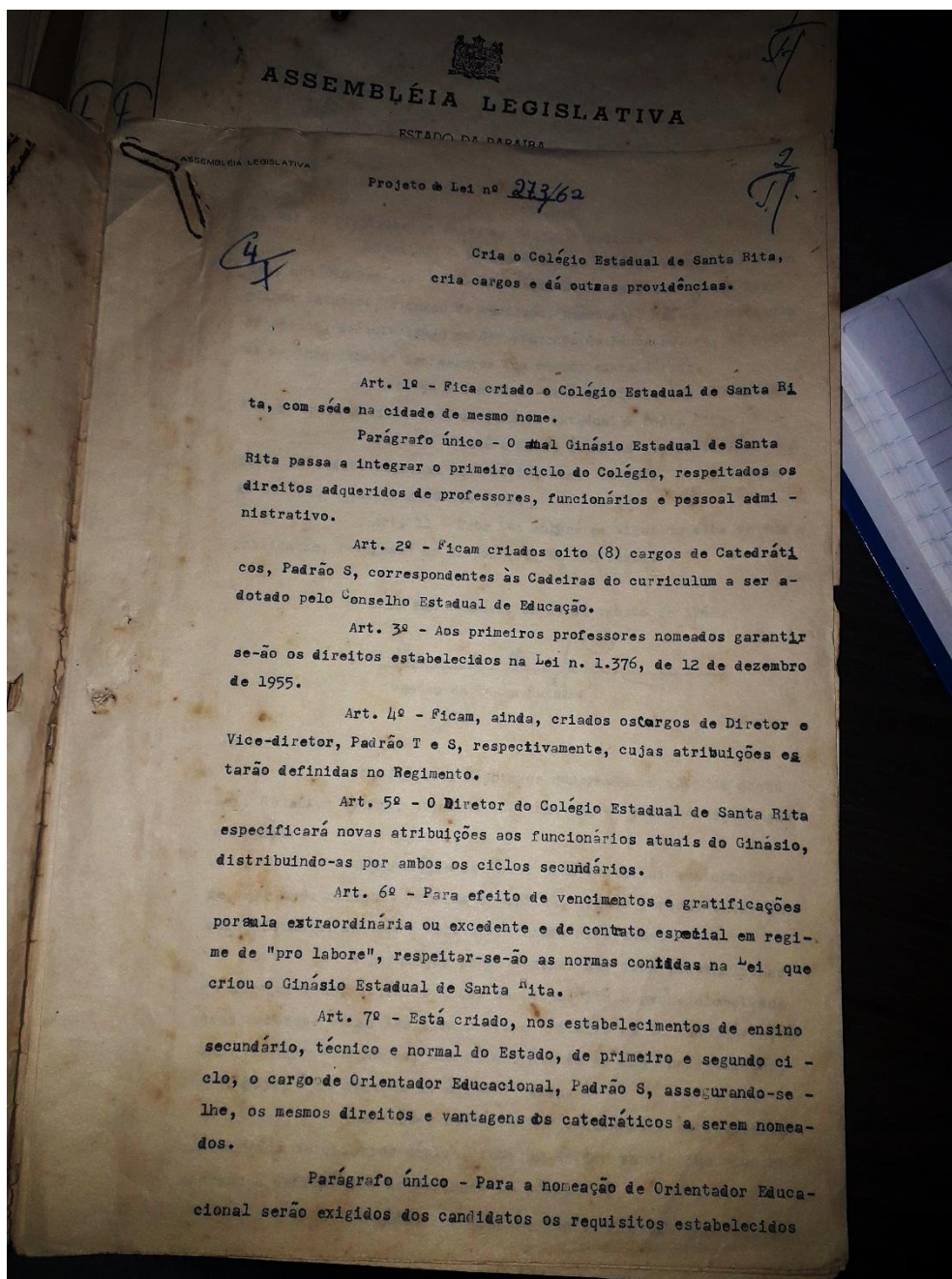
ANEXOS

Anexo A – Projeto de lei n.º 273/62

Projeto de Lei n.º 273/1962	Distribuição
CRIA O COLÉGIO ESTADUAL DE SANTA RITA, CRIA CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. <i>A. Comissão de Educação</i> <i>em 31-8-62</i> <i>Raimundo Soares</i>	ARQUIVADO

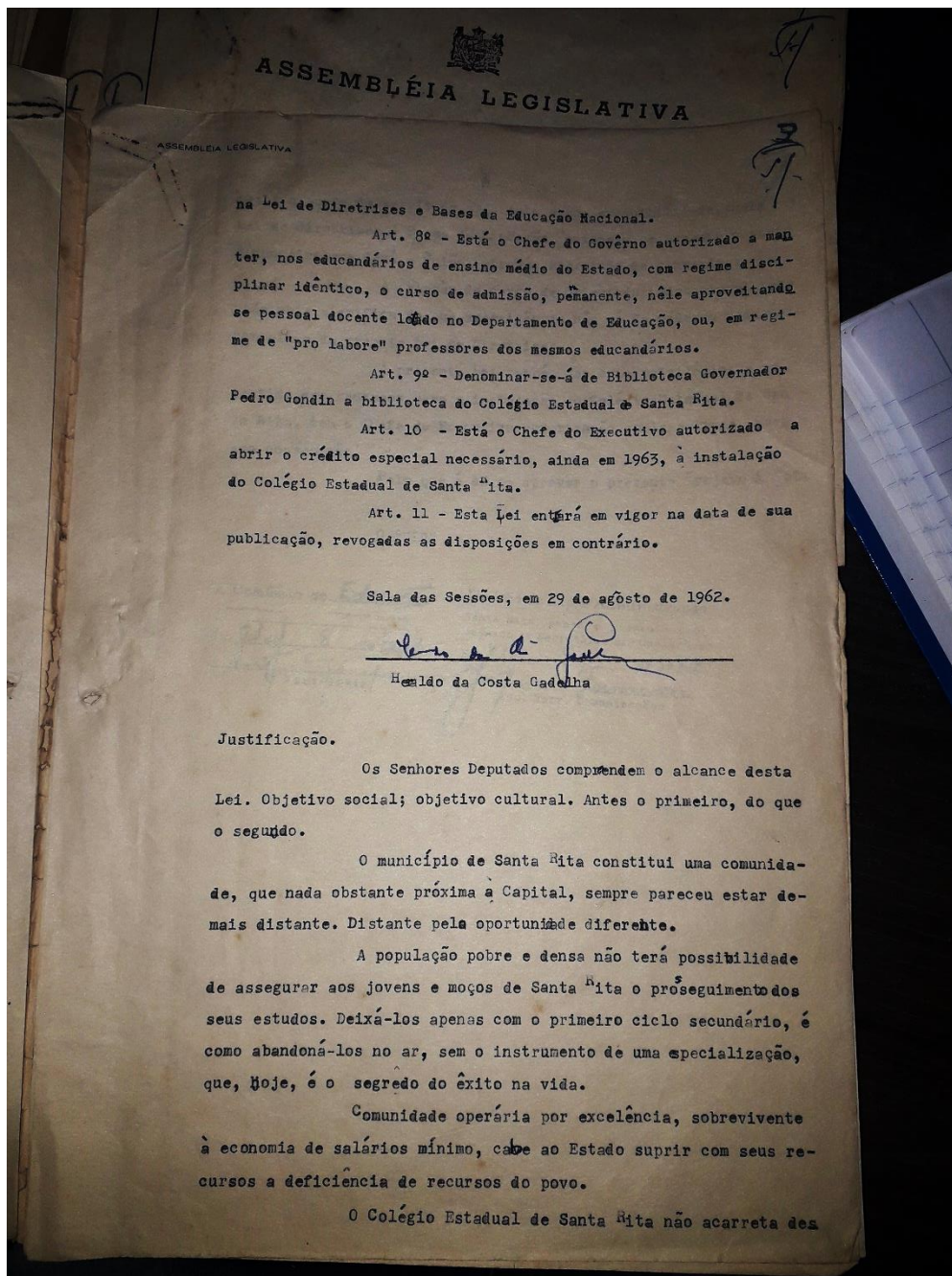
Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

Anexo A – Projeto de lei n.º 273/62



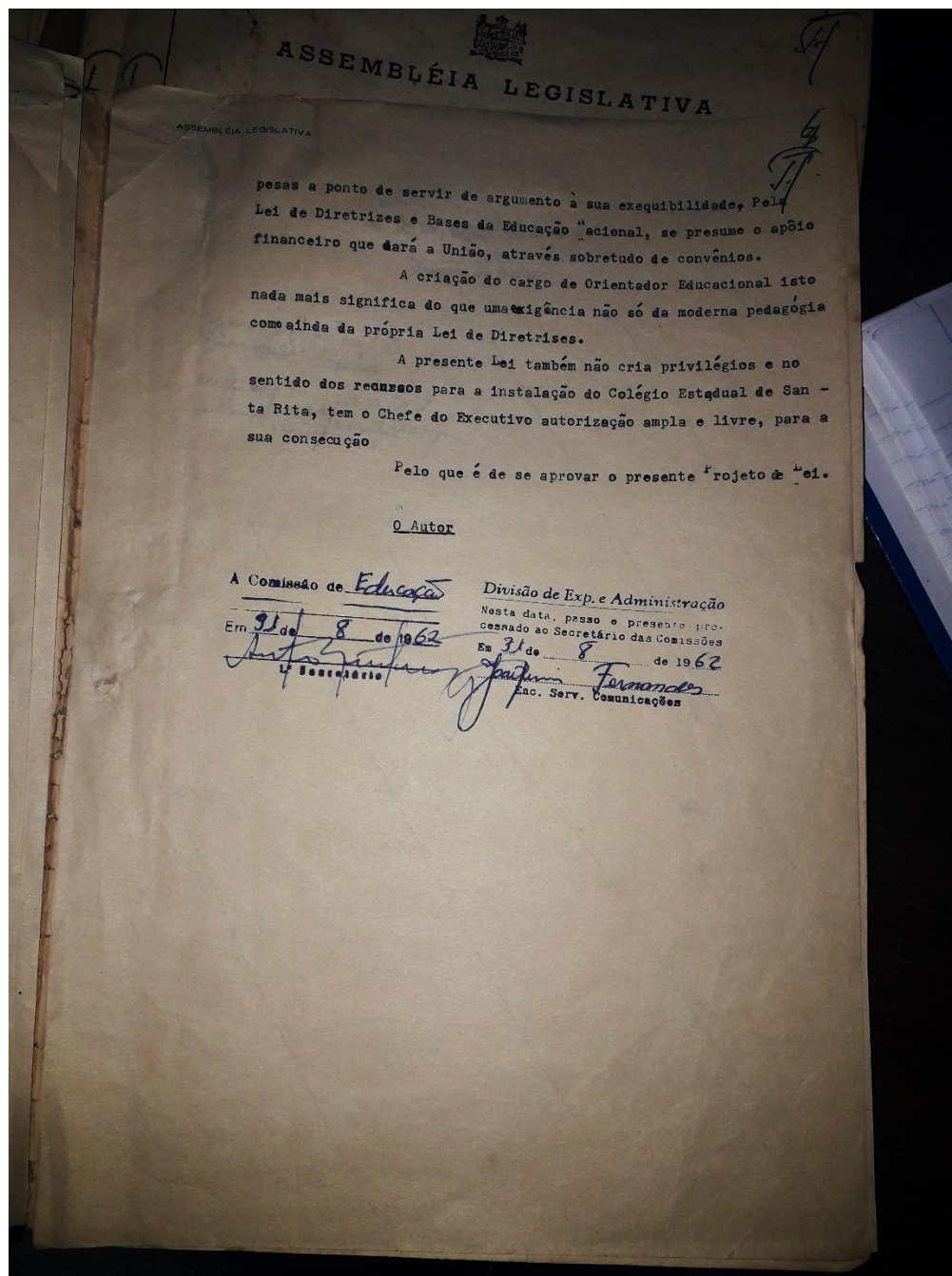
Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

Anexo A – Projeto de lei n.º 273/62



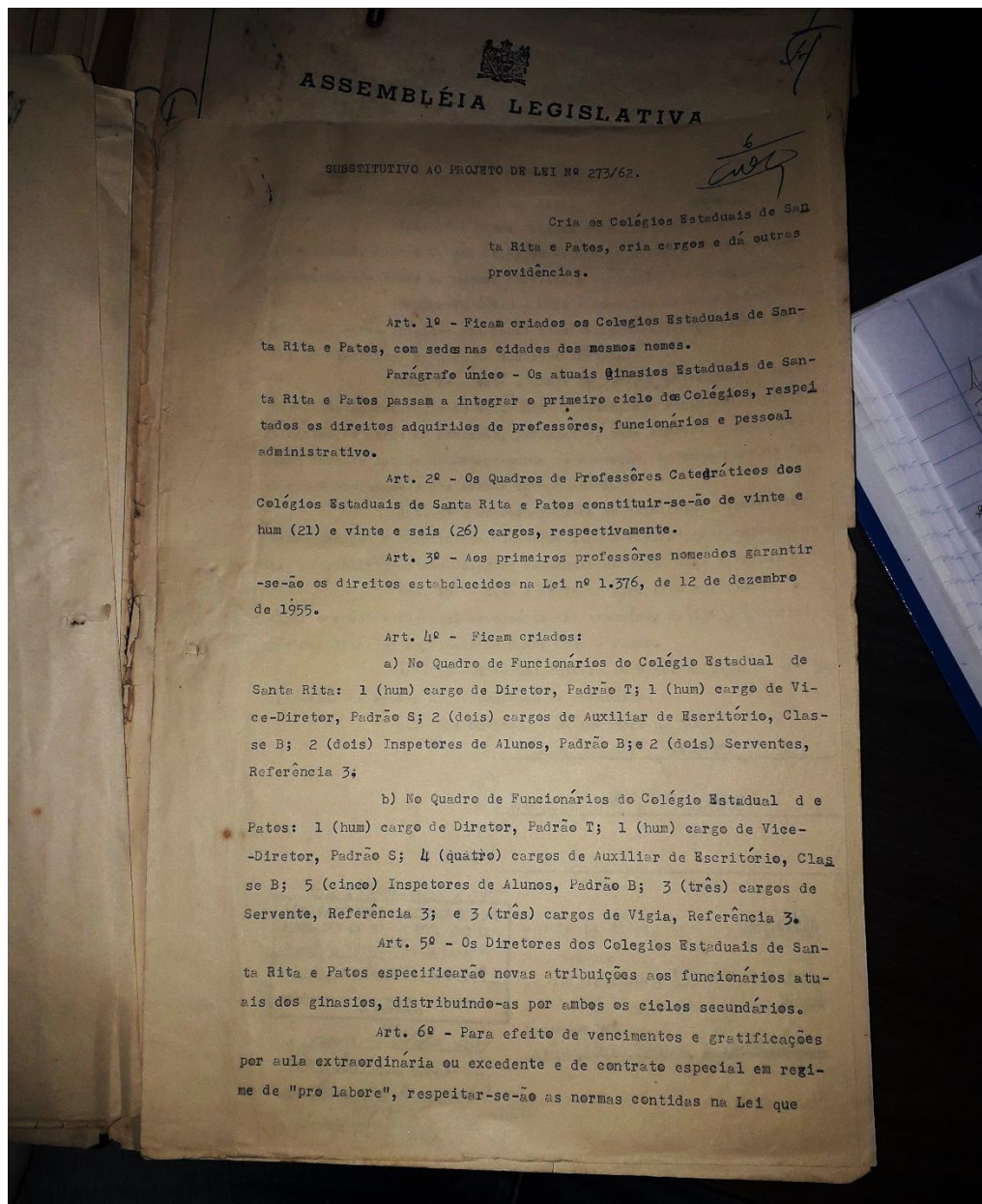
Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

Anexo A – Projeto de lei n.º 273/62



Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

Anexo B – Substitutivo ao projeto de lei n.º 273/62



Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

Anexo B – Substitutivo ao projeto de lei n.º 273/62

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

criou o Ginásio Estadual de Santa Rita.

Art. 7º - Ficam criados dois (2) cargos de Orientador Educacional, Padrão S, nos Colégios Estaduais de Santa Rita e Patos, assegurando-se-lhes os mesmos direitos e vantagens dos catedráticos.

Parágrafo único - Para a nomeação de Orientador Educacional serão exigidos dos candidatos os requisitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 8º - Está o Chefe do Governo autorizado a manter nos Colégios Estaduais de Santa Rita e Patos, com regime disciplinar idêntico, o curso de admissão, permanente, nele aproveitando-se pessoal docente lotado no Departamento de Educação, ou em regime de "pro labore" professores dos mesmos educandários.

Art. 9º - Denominar-se-ão de "Biblioteca Governador Pedro Gendim" e "Biblioteca Monsenhor Manoel Vieira", respectivamente, as bibliotecas dos Colégios Estaduais de Santa Rita e Patos.

Art. 10º - Está o Chefe do Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário, no exercício de 1963, à instalação dos Colégios Estaduais de Santa Rita e Patos.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1962.

João Cordeiro

João Cordeiro

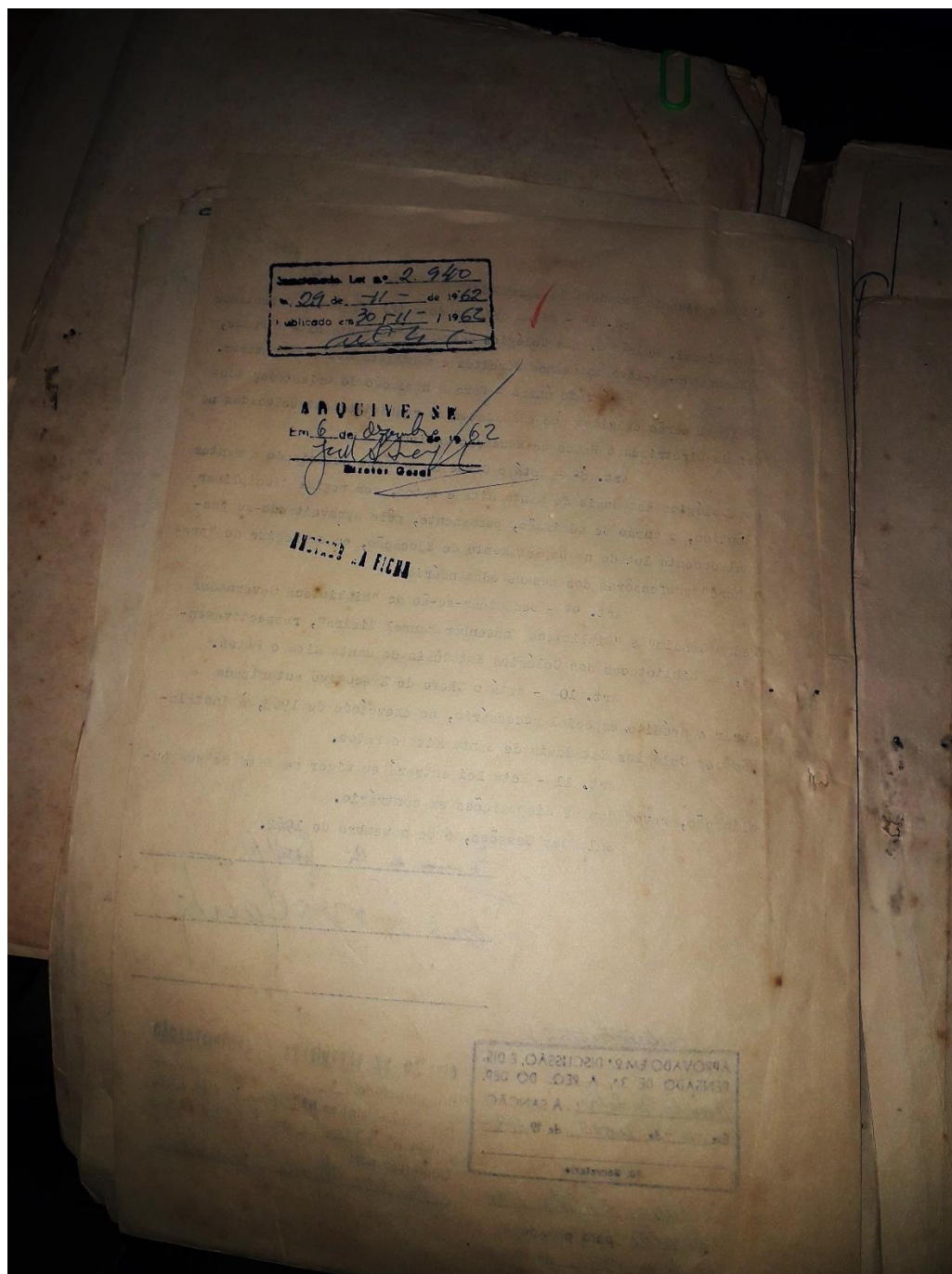
(Substitutivo)

APROVADO EM 2.ª DISCUSSÃO, E DIS. PENSADO DE 3.ª A REQ. DO DEP. <i>Henrique Gadea</i> - A SANÇÃO Em 6 de NOV de 1962 To. Secretario	DIVISÃO DE EXPEDIENTE E ADMINISTRAÇÃO Recebido em Processo Legislativo Nº 198 de 7/11/62 Arquivo Nº 440 de 7/11/1962 Conferido por: <i>Maria da Graça</i>
---	--

A juiz. *Lida* -
 concel. - para providencia
 Em 7 de NOV de 1962
João
 Diretor da D.E.A.

Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.

Anexo B – Substitutivo ao projeto de lei n.º 273/62



Fonte: Acervo do arquivo da ALPB.